

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.276.929 - SP
(2018/0084205-0)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SÃO MARTINHO S/A
ADVOGADOS : FERNANDO LOESER - SP120084
LETICIA SCHROEDER MICCHELUCCI - SP139985
MAURICIO SANTOS NUCCI - SP331511
LETÍCIA MARQUES NETTO - SP174429
BARBARA STHEFANIA DE CAMPOS ZANETI - SP312820
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ALEGADA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA NA FORMA DE ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 7/97 E DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 157/97, AMBAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (fls. 662/670) apresentado contra decisão monocrática do Ministro Presidente/STJ da qual se extrai:

"Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro e razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF.

Entretanto, a parte Agravante deixou de impugnar especificamente: razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF.

E, como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida."

A agravante alega, em síntese, o seguinte: a) "insurgiu-se expressamente em relação ao novo tratamento dado a matéria dos autos pela Lei nº 10.736/03, e vem fazendo isso desde a interposição de seu recurso especial" (fl. 665); b) "abordou, e não ignora a edição da Lei nº 10.736/2003, entretanto conforme tem explanado ao longo dos autos, este fato não é suficiente para determinar a extinção da lide sem julgamento do mérito" (fl. 665); c) "as razões recursais trazidas pela agravante, tanto em seu recurso

Especial, quanto no agravo interposto em face da inadmissão de tal recurso, estão totalmente conexas com o acórdão recorrido" (fl. 666); d) "é equivocada a alegação de que houve ponto que deixou de ser impugnado pela agravante" (fl. 668), não cabendo a aplicação da Súmula 284/STF; e) "enfrentou especificamente os fundamentos da decisão recorrida e trouxe razões recursais que permitem a exata compreensão da controvérsia" (fl. 669).

Requer a reconsideração da decisão agravada ou, sucessivamente, o provimento do agravo interno.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal e considerando que os argumentos aduzidos nas razões de agravo interno revelam-se plausíveis, no sentido de comprovar a sua tese, reconsidero a decisão ora agravada e dou provimento ao agravo, para que seja reautuado como recurso especial para melhor análise.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator